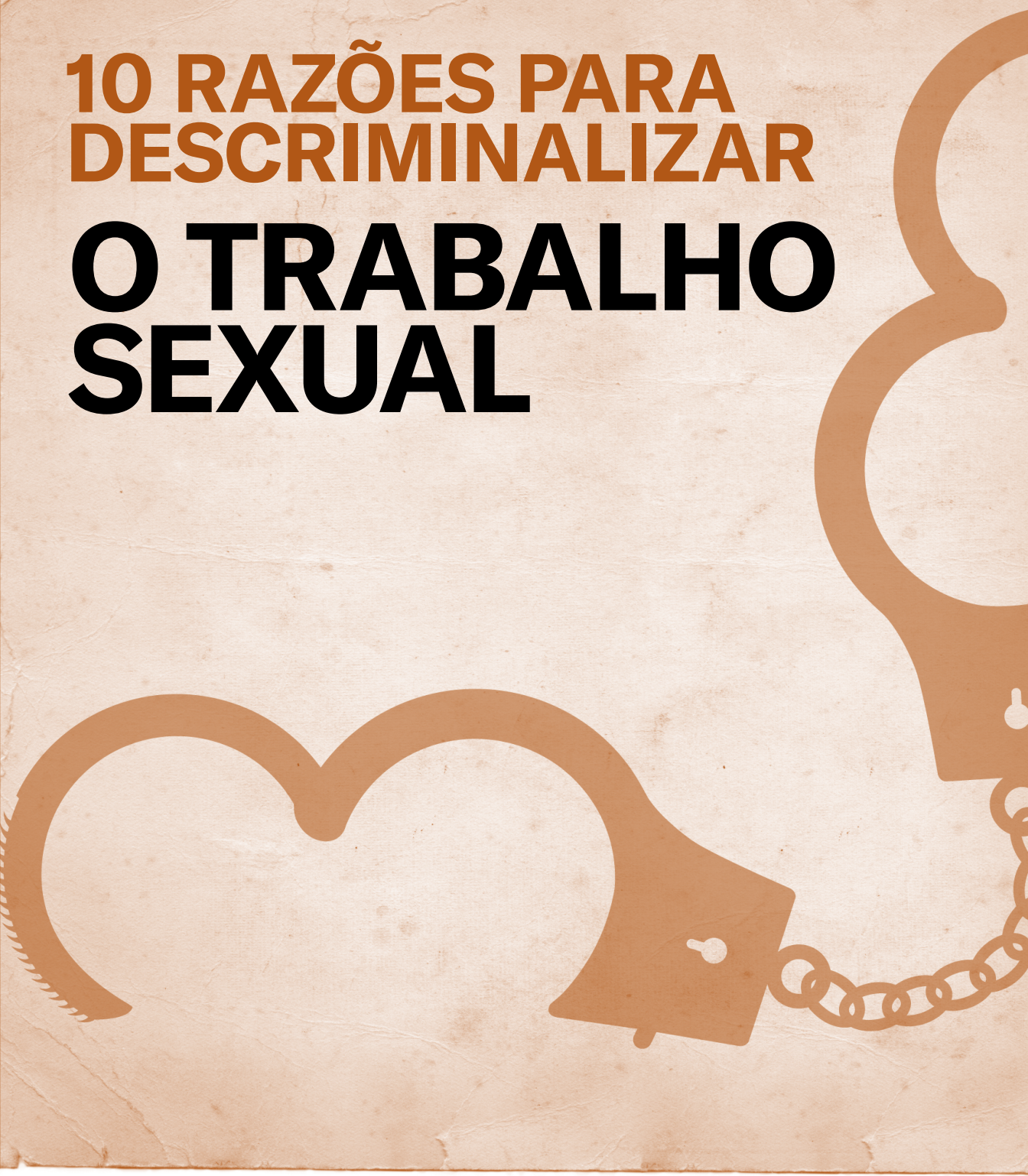


10 RAZÕES PARA DESCRIMINALIZAR O TRABALHO SEXUAL



TRADUÇÃO:

**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**

apdes
in People we trust

POWER
Promote Sex Workers Rights

ESTE DOCUMENTO OFERECE 10 RAZÕES POR QUE DESCRIMINALIZAR O TRABALHO SEXUAL É A MELHOR POLÍTICA PARA PROMOVER A SAÚDE E OS DIREITOS HUMANOS DE PESSOAS QUE FAZEM TRABALHO SEXUAL, SUAS FAMÍLIAS E COMUNIDADES.

DESCRIMINALIZAR ANDA DE MÃOS DADAS COM O RECONHECIMENTO DO TRABALHO SEXUAL COMO TRABALHO E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS QUE FAZEM TRABALHO SEXUAL QUE DEVEM TER PRESERVADA SUA SAÚDE NO LOCAL DE TRABALHO E TER ACESSO A MEDIDAS DE SEGURANÇA. EM LUGARES EM QUE O TRABALHO SEXUAL É DESCRIMINALIZADO, PROFISSIONAIS DO SEXO VIVEM COM MENOS ESTIGMA, EXCLUSÃO SOCIAL OU MEDO DA VIOLÊNCIA.

TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SEXO são pessoas adultas que, de forma consensual, recebem dinheiro ou outra forma de compensação em troca de serviços sexuais, seja esporádica ou regularmente.¹ Uma pessoa que exerce o trabalho sexual pode identificar-se como mulher, homem ou pessoa trans. Na maioria dos países, o trabalho sexual e atividades associadas são criminalizados.²

Trabalho sexual é criminalizado não somente pela proibição da venda de serviços sexuais, mas também por leis que proíbem a procura pelo serviço, viver dos ganhos do trabalho sexual, manter estabelecimentos e outros negócios ou a comercialização de serviços sexuais. Inclusive, muitas pessoas trans trabalhadoras do sexo e homens enfrentam prisões, processos e agressões por conta de leis que criminalizam certas formas de relações íntimas. Pessoas que fazem trabalho sexual são frequentemente penalizadas por vadiagem, mendicidade e obstrução da via pública. Ao limitar a liberdade de profissionais do sexo de negociar o uso de preservativos com clientes, aceder a serviços públicos como cuidados de saúde e organizarem-se para defender os seus direitos, a criminalização aumenta a sua vulnerabilidade à violência, extorsão e riscos à saúde.³

Este documento oferece 10 razões por que descriminalizar o trabalho sexual é a melhor política para promover a saúde e os direitos humanos de pessoas que fazem trabalho sexual, suas famílias e comunidades. A descriminalização refere-se à remoção

de todas as proibições e penalizações criminais e administrativas ao trabalho sexual, incluindo leis que penalizam clientes e proprietários de estabelecimentos. Descriminalizar é diferente de legalizar, que consiste num regime legislativo caracterizado por regulamentações — em que muitas delas podem limitar direitos e proteções, criar mecanismos de abuso por autoridades, além de outros impactos negativos para profissionais do sexo. Nova Zelândia e New South Wales, na Austrália, são duas jurisdições conhecidas pela descriminalização do trabalho sexual. Descriminalizar anda de mãos dadas com o reconhecimento do trabalho sexual como trabalho e a proteção dos direitos de pessoas que fazem trabalho sexual, que devem estar cobertas pelas leis trabalhistas, devem ter preservada sua saúde no local de trabalho e ter acesso a medidas de segurança. Quando o trabalho sexual é descriminalizado, profissionais do sexo podem pressionar por condições mais seguras de trabalho e usar o sistema judicial para buscar reparação pela discriminação e abuso que sofreram.⁴ Em lugares em que o trabalho sexual é descriminalizado, profissionais do sexo vivem com menos estigma, exclusão social ou medo da violência. Mesmo nos lugares onde o trabalho sexual é descriminalizado, a exploração do trabalho sexual de menores e tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual devem continuar a constituírem-se como atos criminosos.

- 1 veja, por exemplo, UNAIDS, *Guidance Note on HIV and Sex Work* (2012), http://www.unaids.org/sites/default/files/sub_landing/files/JC2306_UNAIDS-guidance-note-HIV-sex-work_en.pdf.
- 2 UNAIDS, Global Network of People Living with HIV, et al., *Making the law work for the HIV response* (2010), http://www.unaids.org/en/media/unaids/contentassets/documents/priorities/20100728_HR_Poster_en-1.pdf.
- 3 Shannon K and Csete J, "Violence, condom negotiation and HIV/STI risk among sex workers," *Journal of the American Medical Association* 304(5), (2010): 573-74.
- 4 Armstrong L, "Screening clients in a street-based sex industry: Insights into the experiences of New Zealand sex workers," *Australian & New Zealand Journal of Criminology* 47(2), (2014): 207-222. See also Abel G, Fitzgerald L, Brunton C. "The impact of decriminalisation on the number of sex workers in New Zealand," *Journal of Social Policy* 38(3), (2009):515-531.

1 A DESCRIMINALIZAÇÃO RESPEITA OS DIREITOS HUMANOS E A DIGNIDADE

Uma pedra angular dos direitos humanos contemporâneos é que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.⁵ Há muitas razões pelas quais pessoas adultas recorrem ao trabalho sexual, seja como principal fonte de renda, uma forma temporária de sobrevivência ou oportunidade de compor a renda com outras fontes.⁶ Algumas pessoas acham que o trabalho sexual oferece melhor remuneração e condições mais flexíveis de trabalho. Pessoas que fazem trabalho sexual em muitas partes do mundo organizaram-se para lutar por direitos humanos que não podem ser totalmente gozados uma vez que leis ameaçam o seu acesso à justiça, saúde e serviços sociais; impedem seu direito ao trabalho e condições seguras no ambiente de trabalho; e, expõem essas pessoas à violência, discriminação e prisões arbitrárias.⁷

2 A DESCRIMINALIZAÇÃO AJUDA A PROTEGEREM-SE DA VIOLÊNCIA E ABUSO

O trabalho sexual não é inerentemente violento; é a criminalização que coloca em risco pessoas que fazem trabalho sexual. Para evitar a prisão — tanto profissionais como clientes — profissionais do sexo em contexto de rua geralmente mudam-se para espaços isolados e menos visíveis às forças de segurança e onde a violência é mais prevalente.⁸ O medo da prisão e do abuso policial limitam o tempo e método que pessoas que fazem trabalho sexual podem usar para conduzir uma observação detalhada de possíveis clientes sem serem identificadas pela polícia.⁹ Para profissionais do sexo que não estão na rua, as autoridades encerram fóruns online de trabalho sexual, como o Redbook, que fornecia descrições detalhadas de clientes e, portanto, aumentava a segurança de profissionais.¹⁰ Estes fatores, além da impunidade real ou percebida de perpetradores de violência contra pessoas que fazem trabalho sexual, colocam essas pessoas em situação de maior risco. Por exemplo, depois que a Escócia instituiu leis que criminalizam a procura, em 2007, grupos registraram que os números de denúncias de estupros e furtos dobraram.¹¹ Em lugares que descriminalizaram o trabalho sexual como a nova Zelândia, pessoas que fazem trabalho sexual tem uma habilidade maior de observar clientes, trabalhar em áreas seguras com melhor acesso a serviços de segurança e podem reportar à polícia os casos de violência.^{12, 13, 14}

- 5 *Universal Declaration of Human Rights*, art. 1.
- 6 See e.g. Devine et al., "Pathways to sex-work in Nagaland, India: Implications for HIV prevention and community Mobilisation," *AIDS Care* 22, (2010): 228-237.
- 7 International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe, *Declaration of the Rights of Sex Workers in Europe* (2005), <http://www.sexworkereurope.org/en/resources-mainmenu-189/declaration-mainmenu-199>.
- 8 Shannon K and Csete J. "Violence, condom negotiation and HIV/STI risk among sex workers," 573-74.
- 9 Kinnell, H, "Murder made easy: The final solution to prostitution?" In R. Campbell, & M. O'Neill (Eds.), *Sex Work Now* (2006): 141-168; Cullompton, Willan. Cited in: Armstrong, Lynzi, "Screening clients in a decriminalized street-based sex industry: Insights into the experiences of New Zealand sex workers." *Australian & New Zealand Journal of Criminology* 0(0), (2014): 1- 16.
- 10 Conger, Kate, "MyRedbook shutdown could compromise sex worker safety, law enforcement resource," *San Francisco Examiner*, June 27, 2014, <http://www.sfoxaminer.com/sanfrancisco/myredbook-shutdown-could-compromise-sex-worker-safety-law-enforcement-resource/Content?oid=2834783>
- 11 "Attacks on prostitutes soar after vice 'driven underground' by law," *The Scotsman*, April 16, 2008, <http://www.scotsman.com/news/attacks-on-prostitutes-soar-after-vice-driven-underground-by-law-1-1164904>
- 12 Armstrong, Lynzi, "Screening clients in a decriminalized street-based sex industry: Insights into the experiences of New Zealand sex workers," *Australian & New Zealand Journal of Criminology* 0(0), (2014): 1-16.
- 13 Ibid.
- 14 New Zealand Ministry of Justice, *Report of the Prostitution Law Review Committee on the Operation of the Prostitution Reform Act 2003*, (2008)

3 A DESCRIMINALIZAÇÃO COLOCA EM XEQUE O ABUSO POLICIAL E A VIOLÊNCIA

Onde o trabalho sexual é criminalizado, a polícia detém poder sobre profissionais do sexo. A polícia ameaça pessoas que fazem trabalho sexual com prisões, humilhações em público e extorsões. Nas Europas central e do leste e na Ásia central, uma grande proporção de profissionais do sexo reportou sofrerem abuso sexual por parte da polícia — tanto quanto 90% de profissionais no Quirguistão.¹⁵ No Cambódia, perto de metade da população de profissionais do sexo freelance sofreu abuso físico e quase metade sofreu violação sexual por parte da polícia.¹⁶ Da Namíbia à Sérvia, profissionais do sexo reportaram violação sexual por parte da polícia enquanto estavam sob custódia, geralmente sem o uso de preservativos e como pré-condição para a soltura.^{17,18} Nestes lugares, o abuso policial não é punido, em parte porque as pessoas têm medo de serem presas ou sofrerem novos abusos por reportar os crimes. A descriminalização empodera as pessoas que fazem trabalho sexual a registrar queixas contra a polícia, que age acima da lei, e levar abusadores à justiça sem medo de consequências negativas para as suas próprias vidas. Na Nova Zelândia, 57% das pessoas que fazem trabalho sexual reportaram que as atitudes da polícia melhoraram depois da descriminalização.¹⁹

4 A DESCRIMINALIZAÇÃO MELHORA O ACESSO À JUSTIÇA

Leis que criminalizam o trabalho sexual fazem profissionais do sexo sentirem insegurança para reportar crimes — incluindo crimes violentos e outros abusos — por medo de perseguição, vigilância da polícia, estigma e discriminação.²⁰ Tanto na Noruega como na Suécia, muitas pessoas que fazem trabalho sexual reportam que há grandes barreiras para denunciarem crimes cometidos pela polícia por conta de leis que criminalizam o trabalho sexual.²¹ A descriminalização remove este tipo de barreiras. Depois da Nova Zelândia reformar as suas leis em 2003, muitas pessoas que fazem trabalho sexual reportaram que, pela primeira vez em suas vidas, podiam recorrer à polícia e à justiça para pedir ajuda sem medo de serem processadas.²² Em 2014, por exemplo, uma trabalhadora do sexo em Wellington recebeu NZD 25.000 depois que um operador de uma casa de alterne repetidamente a ameaçou, violando seus direitos no âmbito do Ato de Direitos Humanos do país.²³

15 Sex Workers' Rights Advocacy Network (SWAN), *Arrest the Violence: Human Rights Violations Against Sex Workers in Central and Eastern Europe and Central Asia*, (2009), <http://swannet.org/node/1639>

16 USAID, "Violence and Exposure to HIV Among Sex Workers in Phnom Penh, Cambodia," (2006).

17 Rhodes et al., "Police violence and sexual risk among female and transvestite sex workers in Serbia: qualitative study," *British Medical Journal* 337(7669), (2008): 560 - 566

18 Arnett, Jayne and Crago, Anna-Louise, "Rights Not rescue: A Report on Female, Male, and Trans Sex Workers' Human Rights in Botswana, Namibia, and South Africa," (2009)

19 Abel G., *Decriminalization: A harm minimization and human rights approach to regulating sex work*, (2010) p. 235.

20 Decker M R et al., "Human rights violations against sex workers: burden and effect on HIV," *The Lancet HIV and Sex Workers*, (2014): 60-73.

21 veja, por exemplo, Edlund C. and Jakobsson P., *En Annan Horisont. Rose alliance; Rasmussen I. et al.* (2014), *Evaluering av forbudet mot kjøp av seksuelle tjenester. Vista analyse as*, (2014).

22 New Zealand Ministry of Justice, *Report of the Prostitution Law Review Committee on the Operation of the Prostitution Reform Act (2003)*, <http://www.justice.govt.nz/policy/commercial-property-and-regulatory/prostitution/prostitution-law-review-committee/publications/plrc-report/documents/report.pdf>; See also Abel G., "A decade of decriminalization: Sex work 'down under' but not underground," *Criminology and Criminal Justice*, February 2014, p. 6.

23 "Escort wins landmark case," *The New Zealand Herald*, March 1, 2014, http://www.nzherald.co.nz/nz/news/article.cfm?c_id=1&objectid=11212075

24 Best Practices Policy Project., *Report on the United States of America submitted to the UN Human Rights Council for the 9th Universal Periodic Review*, (2010), http://lib.ohchr.org/HRBodies/UPR/Documents/session9/US/JS5_%20HSRI_Joint%20submission5_JS.pdf

25 International Women's Human Rights Clinic, CUNY School of Law, *Clearing the Slate: Seeking Effective Remedies for Criminalized Trafficking Victims*. (2012), <http://www.law.cuny.edu/academics/clinics/iwhr/publications/Clearing-the-Slate.pdf>

26 Ibid.

27 *State of Arizona v. Monica Renee Jones*, Docket No. 513, Superior Court of Arizona, Maricopa County, LC2013-9021636 [case citation pending].

28 Mogulescu, Kate & Mullen, Katherine, testimony before the City of New York Comm. on Women's Issues and the Comm. on Public Safety 8, *Oversight: Combatting Sex Trafficking in NYC: Examining Law Enforcement Efforts – Prevention and Prosecution*, (2011)

29 Harcourt C et al., The decriminalization of sex work is associated with better coverage of health promotion programs for sex workers. *Australian and New Zealand Journal of Public Health* 34(5), (2010): 482-486.

5 A DESCRIMINALIZAÇÃO CONTESTA AS CONSEQUÊNCIAS DE TER REGISTO CRIMINAL

Em muitos países, uma aplicação severa e enviesada da lei penal faz com que grande proporção de profissionais do sexo tenha registo criminal, o que é grande fonte de estigma e pode limitar muito o futuro de uma pessoa. Em algumas partes dos Estados Unidos, por exemplo, pessoas condenadas por crimes ligados ao trabalho sexual são registadas como agressoras sexuais e devem se fazer acompanhar de documentos que as identifiquem enquanto tais.²⁴ Agressores sexuais geralmente não podem aceder a empréstimos, bolsas de estudo ou moradias subvencionadas pelo Estado.²⁵ Pessoas com registo criminal ligado ao trabalho sexual encontram grandes dificuldades em encontrar trabalho fora da indústria do sexo.²⁶ As políticas de checagem de antecedentes e as restrições às licenças requeridas por algumas áreas profissionais fazem com que seja quase impossível mudar de carreira. Além disso, condenações por crimes relacionados ao trabalho sexual são geralmente usadas de forma arbitrária para justificar novas prisões e para retirada de custódia parental.^{27,28} Países que descriminalizarem o trabalho sexual devem considerar a remoção retroativa de registo de antecedentes por crimes ligados ao trabalho sexual.

6 A DESCRIMINALIZAÇÃO MELHORA O ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE

A Descriminalização é associada a um melhor acesso do trabalho de proximidade a estabelecimentos comerciais e maior suporte financeiro a programas de saúde para profissionais do sexo. Apoio financeiro significa melhor capacidade de conduzir trabalho de proximidade à noite, uma estratégia importante, principalmente para profissionais que trabalham na rua.²⁹ A descriminalização também demonstrou aumento no acesso a preservativos e taxas de utilização por pessoas que fazem trabalho sexual. Por exemplo, no Estado de New South Wales, Austrália, onde o trabalho sexual é descriminalizado, o acesso e uso de preservativos por parte de profissionais do sexo é maior do que outras jurisdições australianas que têm diferentes níveis de criminalização.

Adicionalmente, a descriminalização permite a pessoas que fazem trabalho sexual formarem coletivos em que podem lutar por serviços de saúde que sejam apropriados, acessíveis e respeitosos com elas. Isto oferece uma alternativa poderosa para lutar contra o estigma e discriminação que pessoas que fazem trabalho sexual encontram nas suas interações com os cuidados de saúde. O programa Bar Hostess Empowerment and Support em Nairobi, Quênia, é um ótimo exemplo de grupo que criou serviços de saúde em colaboração estreita com comunidades de pessoas que fazem trabalho sexual.

7 DESCRIMINALIZAÇÃO REDUZ O RISCO DE CONTRAIR VIH OU OUTRAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

A descriminalização do trabalho sexual pode impedir até 46% de novas infecções por VIH entre mulheres trabalhadoras do sexo na próxima década.³⁰ Um estudo publicado na revista científica *The Lancet* concluiu que a descriminalização do trabalho sexual tem só ela um grande potencial de reduzir infecções pelo VIH nas comunidades de trabalhadoras do sexo — até mais do que o acesso alargado às terapias antiretrovirais.³¹ Quando o trabalho sexual é descriminalizado, profissionais do sexo são empoderadas a insistir com o uso de preservativos com os clientes e são mais capazes de aceder a testes e tratamentos de VIH/Sida e outras infecções sexualmente transmissíveis.

Em contraste, a criminalização dificulta a negociação do uso de preservativos com os clientes por parte de profissionais do sexo.³² Preservativos em lugar visível e negociação aberta do seu uso pode colocar profissionais do sexo em maior risco de detenção, principalmente entre profissionais em contexto de rua, que geralmente estão em maior risco de contrair VIH/Sida. Em resposta a isto, vários departamentos de polícia em todo o mundo decidiram parar de usar o porte de preservativos como prova do exercício da prostituição para punir pessoas que fazem trabalho sexual.³³

30 Shannon et al., Global epidemiology of HIV among female sex workers: influence of structural determinants. *The Lancet* 385(9962), (2014): 55-71.

31 Ibid.

32 Blankenship K and Koester S., "Criminal law, policing policy and HIV risk in female sex workers and injection drug users," *Journal of Law, Medicine and Ethics*, 30 (2013): 548-559.

33 Os departamentos de polícia da cidade de Nova Iorque e de São Francisco, duas das maiores cidades dos Estados Unidos, adotaram esta abordagem. Em ambos os casos, essas ações foram tomadas pela promotoria de justiça ou pelo comissariado de polícia.

- 34** New Zealand Ministry of Justice, Report of the Prostitution Law Review Committee on the Operation of the Prostitution Reform Act, (2003) <http://www.justice.govt.nz/policy/commercial-property-and-regulatory/prostitution/prostitution-law-review-committee/publications/plrc-report/documents/report.pdf>.
- 35** Harcourt C et al. The decriminalization of sex work is associated with better coverage of health promotion programs for sex workers. *Australian and New Zealand Journal of Public Health* 34(6), (2010): 482-486.
- 36** UNAIDS, Guidance Note on HIV and Sex Work, (2009), http://data.unaids.org/pub/BaseDocument/2009/jc1696_guidance_note_hiv_and_sexwork_en.pdf.
- 37** Jana S et al., "Combating human trafficking in the sex trade: can sex workers do it better?" *Journal of Public Health*, 36(4), (2014): 622-628, <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24179187>
- 38** Rikspolisstyrelsen, "Människohandel för sexuella och andra ändamål," RPS Rapport, (2014): 8

8 A DESCRIMINALIZAÇÃO PROMOVE CONDIÇÕES DE TRABALHO MAIS SEGURAS

A descriminalização torna possível a criação de espaços de trabalho mais saudáveis e seguros. Na Nova Zelândia, por exemplo, a descriminalização permitiu a inclusão do trabalho sexual na lei sobre saúde e segurança do trabalho, resultando na criação de guias de saúde ocupacional que pessoas que fazem trabalho sexual usam para assegurar seus direitos perante empregadores e clientes.³⁴ Em New South Wales, Austrália, a descriminalização foi associada com a diminuição do risco de doenças ocupacionais e insegurança de profissionais do sexo em comparação com outras jurisdições australianas.³⁵

A descriminalização também promove condições de trabalho mais seguras ao permitir que pessoas que fazem trabalho sexual se organizem. Coletivamente, elas podem sinalizar fatores de risco em seus locais de trabalho e forçar a melhoria de suas condições. Por exemplo, os esforços de mobilização do Coletivo de Prostitutas da Nova Zelândia foi fundamental para assegurar direitos relacionados à segurança no local de trabalho.

9 DESCRIMINALIZAÇÃO PERMITE RESPOSTAS EFETIVAS AO TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Tráfico de pessoas é uma violação dos direitos humanos que envolve a coerção de indivíduos para a exploração sexual ou trabalho forçado. Pessoas que fazem trabalho sexual podem ser aliadas naturais na luta contra o tráfico e devem ser colocadas para sinalizar vítimas de tráfico aos serviços competentes.³⁶ Por exemplo, por meio de um grupo autogestionado de profissionais do sexo, o Comitê Durbar Mahila Samanwaya em Sonagachi (Kolkata) Índia foi capaz de identificar e dar suporte a mulheres que foram traficadas para fins de exploração sexual.³⁷ Quando libertadas da ameaça de penalidades criminais, profissionais do sexo podem se organizar para colaborar com as forças da lei.

Além disso, leis que proíbem a compra de serviços sexuais são geralmente promovidas como bem-sucedidas no combate ao tráfico. Porém, não há nenhuma evidência que suporte esta afirmação. Um relatório de 2014 da polícia sueca concluiu que não houve redução no tráfico de seres humanos no país depois de 15 anos da lei de criminalização

do cliente.³⁸ Ao contrário, a descriminalização do trabalho sexual não causa o aumento no tráfico. Por exemplo, a Nova Zelândia, que descriminalizou o trabalho sexual em 2003, é reconhecida até pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos como um dos países com um dos trabalhos mais efetivos na luta contra o tráfico de seres humanos.³⁹

10 DESCRIMINALIZAÇÃO DESAFIA O CONTROLE DO ESTADO SOBRE O CORPO E A SEXUALIDADE

A descriminalização do trabalho sexual reconhece o direito de todas as pessoas à privacidade e liberdade, a despeito do controle do Estado sobre a expressão da sexualidade. O tratamento diferenciado do trabalho sexual em relação a outras formas de trabalho é um exemplo da longa história do exercício de controle governamental sobre a autonomia sobre o corpo, auto-determinação e sexualidade. A descriminalização respeita a igualdade de gênero e os direitos sexuais. Leis contra o trabalho sexual interferem no comportamento sexual íntimo e constituem uma forma do Estado controlar o corpo de mulheres e pessoas LGBTI, que formam a grande maioria de pessoas que fazem trabalho sexual em todo o mundo.⁴⁰ Tal qual o controle de Estado sobre os direitos reprodutivos e atos sexuais entre adultos em uma relação consensual, leis criminais que proíbem o trabalho sexual tentam legislar a partir de um viés moral com pouca ou nenhuma preocupação em assegurar a autonomia do indivíduo sobre o corpo.

39 United States Department of State, *Trafficking in Persons Report* (2014), <http://www.state.gov/j/tip/rls/tiprpt/2014/index.htm>

40 Pessoas trans raramente estão legalmente protegidas da discriminação por conta da identidade de gênero e discriminação no trabalho pode ser um dos fatores que as leva a trabalhar como profissionais do sexo. Veja, por exemplo, K. Slamah, S. Winter and K. Ordek. Stigma and violence against transgender sex workers. RH Reality Check, December 16, 2010, <http://www.rhrealitycheck.org/blog/2010/12/16/stigma-exclusion-violence-against-trans-workers>.

A tradução é de responsabilidade da Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) no âmbito do projeto POWER - Promote Sex Worker's Rights, a qual assume a responsabilidade pelo conteúdo aqui produzido.

PROMOTE SEXWORKERS RIGHTS (POWER)

O POWER—Promote sexWorkErs Rights—é um projeto promovido pela APDES/PortoG e financiado pelas Open Society Foundations (OSF). Este projeto visa apoiar a promoção dos direitos das pessoas que fazem trabalho sexual, reconhecendo-as como protagonistas na identificação de necessidades, na avaliação de medidas legislativas e na formulação de políticas públicas relacionadas à sua atividade e seus direitos.

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

As Open Society Foundations trabalham para construir democracias vibrantes e tolerantes em que os governos se importem com as pessoas. Trabalhando como comunidades locais em mais de 100 países, as Open Society Foundations apoiam a justiça e direitos humanos, a liberdade de expressão e o acesso à saúde pública e educação.

PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

O Programa de Saúde Pública das Open Society Foundations tem como objetivo construir sociedades comprometidas com a inclusão, direitos humanos, em que leis, políticas e práticas relacionadas à saúde são feitas a partir de evidências e reflitam estes valores. O programa trabalha para aprimorar a saúde e direitos humanos de pessoas marginalizadas ao construir a capacidade de líderes e organizações da sociedade civil e ao defender uma maior transparência e prestação de contas de políticas e práticas de saúde.

Open Society Foundations
224 West 57th Street
New York, NY 10019 USA

212-548-0100

contact@opensocietyfoundations.org

www.osf.to/health

**OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS**

TRADUÇÃO:

